



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 12 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 21 DE JUNHO DE 2017.**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Revisão Orçamental N.º 1/2017; -----
2. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 7/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 6/2017; -----
3. Ratificação do Protocolo de Colaboração entre a Direção Regional de Cultura do Centro e o Município de Penamacor; -----
4. Ratificação do Protocolo de Colaboração entre a ABIMOTA e o Município de Penamacor; -----
5. Pedido de Redução de Taxas para Obras de Recuperação de Casa da Santa Casa da Misericórdia de Penamacor situada no Vale da Carapuça, em Penamacor; -----
6. Nomeação de Fiscalização para a Empreitada “Requalificação Urbana do Castelo/Fortaleza de Penamacor; -----
7. Apreciação de Adicional ao Contrato da Empreitada “Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila”; -----
8. Proc. N.º MB - 15/2017: Adjudicação da Empreitada de Obras Públicas: “Requalificação Urbana do Centro de Salvador”; -----
9. Academia Explorar e Aprender - Penamacor - Preços; -----
10. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Águas; -----  
-
11. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aranhas; -----
12. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vale da Senhora da Póvoa; -----
13. Nomeação de auditor responsável pela certificação legal de contas; -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

### 14. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo e Ilídia Alves Cruchinho Lélé comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariat. -----

O senhor vereador Pedro Miguel Naves Folgado não compareceu à reunião por motivos pessoais, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 2 de junho do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Presidente António Soares** propôs a aprovação de um voto de pesar pelas vítimas dos incêndios no município de Pedrógão Grande. A proposta foi aprovada por unanimidade. O Município de Penamacor expressa o seu profundo pesar e sentida solidariedade à população de Pedrógão Grande. -----

Informou que a sede da União de Aldeia de João Pires irá ser requalificada, prevendo-se um investimento de cerca de 150 mil euros. A requalificação prevê os dois pisos, de modo a criar condições para a área administrativa e ensaios da Banda. Congratulou-se com o desempenho da Banda que muito tem feito pela divulgação do concelho. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

#### **1 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1/2017. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Proponho que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Revisão Orçamental n.º 1 de 2017. -----

Com a revisão orçamental pretende-se: -----

a) A utilização do saldo de Gerência existente à data de 31/12/2016, corrigindo-se para o efeito receitas que se previam arrecadar aquando da elaboração do orçamento”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

#### **2 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 7/2017 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 6/2017. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 6 de junho de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

#### **3 – RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO E O MUNICÍPIO DE**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **PENAMACOR. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No seguimento do lançamento do procedimento para formação de contrato de empreitada para a requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor e da apresentação de candidatura pelo Município ao Aviso nº Centro-14-2016-01-Investimento na Conservação, Proteção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural, do Programa Centro 2020, foi celebrado em 23 de maio de 2017 um protocolo de colaboração com a Direção Regional de Cultura do Centro Tratando-se de património que se encontra classificado como Monumento Nacional desde 2013, o apoio técnico da Direção Regional da Cultura do Centro mostra-se fundamental, quer na fase de lançamento do procedimento de formação de contrato, quer na fase de execução da intervenção, quer ainda na definição do que será a gestão do espaço a realizar pelo Município. Considerando que a competência para “assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município ...” se encontra atribuída à Câmara Municipal pela alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que, ao abrigo do nº 3 do artigo 35º do mesmo diploma, seja submetido a ratificação da Câmara Municipal o Despacho que aprovou e autorizou a celebração do Protocolo com a DRCC, o qual se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **4 – RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ABIMOTA E O MUNICÍPIO DE PENAMACOR. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Teve lugar em Penamacor no passado dia 16 de junho a partida da 2ª Etapa do 38º Grande Prémio Abimota. -----

A organização foi assegurada pela ABIMOTA – Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins, tendo sido celebrado com o Município de Penamacor, no dia 6 de junho, o Protocolo que se anexa à presente propostas. -----

Nos termos do protocolo, cuja celebração foi aprovada por meu Despacho datado do dia 5 de junho, o Município de Penamacor apoiou o evento através do pagamento de uma comparticipação financeira no valor de €5.000,00 (cinco mil euros), para além de outros compromissos acordados. -----

Considerando que a competência para apoiar entidades legalmente existentes para a realização de atividades ou eventos de interesse para o Município se encontra atribuída à Câmara Municipal pela alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e que a assinatura do protocolo e o pagamento da comparticipação financeira foram aprovados por Despacho, proponho que seja submetido a ratificação da Câmara Municipal, ao abrigo do nº 3 do artigo 35º do mesmo diploma, o Despacho que se anexa, o qual aprovou a celebração do Protocolo e autorizou a sua assinatura bem como autorizou o pagamento de comparticipação financeira no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros). -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

**5 – PEDIDO DE REDUÇÃO DE TAXAS PARA OBRAS DE RECUPERAÇÃO DE CASA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR SITUADA NO VALE DA CARAPUÇA EM PENAMACOR. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Santa Casa da Misericórdia de Penamacor solicita a isenção de taxas e licença, respeitante às obras de recuperação de uma casa no Vale da Carapuça, cujo projeto foi entregue nesta Câmara Municipal e ao qual foi atribuído o nº 5/20017. -----

O facto de terem submetido projeto de obras de recuperação, significa que, as obras que pretendem realizar, não se enquadram em obras de escassa relevância urbanística, ou seja, obras isentas de controlo prévio, pelo que, as obras pretendidas não podem ser isentas de licença. -----

O pedido de isenção de taxas, para o caso em apreciação, está previsto no nº 4 do artigo 96º do RMUE do Município de Penamacor, onde refere que são aplicáveis as taxas previstas no Regulamento de Taxas Municipais reduzidas até ao máximo de 50%. -----

Em face do exposto, proponho que seja atribuída uma redução de 50% no valor das taxas a aplicar”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **6 – MOMEAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA A EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, e tendo em vista o normal andamento dos trabalhos, proponho que: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

-Seja nomeado o Eng. Raul Laranjeira, Chefe de Divisão em Regime de Substituição, representante do dono de obra, para assuntos relacionados com a fiscalização da obra; -----

- Seja nomeado o Eng. Pedro Miguel Gaspar de Lima Faria, da firma FGP- Engenharia Civil, Lda, Diretor de Fiscalização de Obra e Coordenador de Segurança e Saúde em Obra. -----

Proponho ainda aprovação em minuta, da presente decisão, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **7 – APRECIÇÃO DE ADICIONAL AO CONTRATO DA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA”. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----

“Nos documentos anexos a esta proposta consta o parecer da empresa FGP, responsável pela Fiscalização da empreitada, acompanhado dos mapas anexos, que faz uma descrição pormenorizada do estado dos trabalhos da empreitada. -----

Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, na qualidade de representante do dono de obra nomeado pela Câmara Municipal, proponho: -----

-A aprovação da lista de trabalhos a mais no valor de 35.2310,75€; -----

-A aprovação da lista de trabalhos a menos no valor de 10.316,45€; -----

-A aprovação da lista de Erros e Omissões no valor de 1.455,24€ (50% do valor total, suportando o empreiteiro os restantes 50%); -----

-A autorização para despesa adicional; -----

-A autorização para celebração de contrato adicional no valor de 36.665,99€”. –

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **8 – PROC. N.º MB – 15/2017: ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR”. –**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a adjudicação da empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma apresenta um preço base superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente relatório preliminar e relatório final; -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação. -----

2 – A adjudicação da empreitada de obras públicas: “Requalificação Urbana do Centro de Salvador”, à sociedade António Lourenço, Lda. pelo preço contratual de € 168 790,11 + IVA. -----

3 – Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **9 – ACADEMIA EXPLORAR E APRENDER – PENAMACOR – PREÇOS; -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pela senhora vereadora da câmara que se transcreve: -----

“Pretende o Município de Penamacor promover, durante o período de férias escolares que se aproxima, um conjunto de atividades de natureza desportiva, educativa, cultural, artística tecnológica e científica, que responda não apenas

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

às necessidades das crianças e jovens mas também dos pais e encarregados de educação. Para efeitos da implementação e funcionamento da *Academia Explorar e Aprender - Penamacor – Verão 2017*, deverá ser cobrado um valor semanal destinado a comparticipar nos custos que o Município terá de suportar com a realização das atividades e fornecimento de almoço. -----

Assim, porque cabe à Câmara Municipal a competência para fixar os preços pela prestação de serviços ao público de serviços municipais, conforme resulta da alínea e) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se: -----

1 - Que seja deliberado que o preço a cobrar pela frequência da *Academia Explorar e Aprender - Penamacor – Verão 2017*, seja de € 25,00 por semana (isento de IVA - artigo 9º, nº 7 do CIVA). -----

2 – Que seja deliberado atribuir um desconto de 20% aos participantes posicionados no 1º escalão de abono de família e um desconto de 10% aos participantes posicionados no 2º escalão de abono de família”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **10 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ÁGUAS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Águas. Junta-se documento que faz parte da proposta”. A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **11 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ARANHAS. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aranhas. Junta-se documento que faz parte da proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **12 – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VALE DA SENHORA DA PÓVOA. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo presente o artigo 13º da Lei 32/2012, de 14 de agosto, no qual é referida a competência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, proponho à Câmara Municipal que aprove proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vale da Senhora da Póvoa. Junta-se documento que faz parte da proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **13 – NOMEAÇÃO DE AUDITOR RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. -----**

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais, o auditor externo responsável pela certificação legal de contas do Município é nomeado por deliberação do órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo. -----

I – Para efeitos do nº 2 do Artº 3º da portaria 149/2015 esclarece-se: -----

1 – Que se trata de trabalho não subordinado para o qual se revela inconveniente o recurso a relação jurídica de emprego público porque é uma tarefa específica, limitada no tempo e realizada de forma autónoma, não sujeita à direção do município. -----

2 – Que no Município não existe pessoal especializado para dar cumprimento a tal tarefa. -----

3 – Existe cabimento orçamental conforme declaração em anexo. -----

4 – Não há impedimento à celebração do contrato com a contraparte em causa porque no último ano e nos dois anos anteriores não foi ultrapassado o limite previsto no artigo 113º do CCP. -----

5 – Fundamentando-se o mesmo no facto de que o Município de Penamacor está obrigado nos termos do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro à contratação do serviço de auditoria externa para as contas do exercício de 2017, nos termos do artigo 115º do Código dos Contratos públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro se remeta Convite à mencionada sociedade para a realização do serviço referido. -----

6 – Embora se trate do mesmo objeto e da mesma contraparte, com adjudicação em 3 anos consecutivos torna-se fundamental que o Serviço de Auditoria Externa tenha continuidade ao que tem já vindo a ser desenvolvido pela mesma contraparte uma vez que o serviço deverá ser contínuo e desenvolvido por entidade que lhe dê seguimento temporal, sendo que o conhecimento efetivo através da atividade já desenvolvida pela contraparte, é uma mais valia de toda a importância para a execução da prestação de serviços. -----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

7 – A entidade a convidar (sociedade Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.) cumpre o disposto no nº 2 do artigo 113º do Código dos Contratos públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro e consequentemente o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do mencionado Código, pelo que deverá ser aplicado o procedimento de ajuste direto com Convite à referida sociedade. -----

Em face dos pressupostos mencionados, solicita-se deliberação sobre autorização prévia favorável e propõe-se ao órgão executivo que delibere sobre os seguintes pontos: -----

1 - Que seja aberto procedimento para aquisição de serviços “Serviços de Auditoria Externa” cujo objeto se insere na classificação orçamental 02/020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria. -----

2 - Autorização ao recurso ao procedimento de ajuste direto. -----

3 – Fixo em 29.520 euros o valor do parâmetro base da proposta (a que acresce IVA à taxa legal em vigor), pelo período de 1095 dias; -----

-

4 – Autorização para a realização da despesa; -----

5 – Aprovação do caderno de encargos e o convite do procedimento; -----

6 – O convite deverá ser endereçado a um único prestador de serviços, nos termos do artigo 112º do CCP. -----

7 – Com fundamento no nº 1 do artigo 113º do CCP, o prestador de serviços a convidar para apresentar proposta, será a Esteves, Pinho e Associados, SROC, Lda. -----

Nestes termos, e para efeitos de outorga do contrato de prestação de serviços, propõe-se que seja deliberado apresentar à Assembleia Municipal proposta para a nomeação da sociedade Esteves, Pinto & Associados, SROC, Lda., como responsável pela certificação legal de contas do Município de Penamacor, em conformidade com a competência atribuída pelo nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Mais se propõe que seja deliberado aprovar em minuta a presente deliberação para que produza efeitos imediatos e seja desde logo presente para decisão do órgão deliberativo na sessão imediatamente a seguir, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----  
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **14 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 4.734.023,46 euro e uma despesa também acumulada de 3.619.677,69 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_